

COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E PLANEJAMENTO

6ª Reunião Ordinária 14 de Junho de 2017 às 14:00 horas no Plenário Tiradentes.

Presidente: Deputado Wellington Moura - Vice-Presidente no exercício

Item	Proposição	Autor	OBJETO	Relator	Voto	Vista
1	Projeto de lei 1481/2015 (Tramitação Urgência) Juntado os PLs: 107/2016, 1544/2015	Deputado Gil Lancaster	Institui a "Semana Estadual da Cidadania Escolar".	Deputado Davi Zaia	favorável ao PL 1481/15, na forma do substitutivo proposto pela CCJR e contrário aos PLs 1544/15 e 107/16	
2	Projeto de lei 154/2016 (Tramitação Urgência)	Deputado Chico Sardelli	Autoriza o Poder Executivo a isentar da cobrança do ICMS a aquisição pelos municípios de veículos equipados, coletes à prova de balas e uniformes (cinturão, coturno, camisetas e outros), exclusivamente destinados às Guardas Municipais.	Deputado Marco Vinholi	favorável	
3	Projeto de lei 112/2014	Deputado Alexandre da Farmácia	Torna obrigatória a afixação de comprovante de capacitação profissional de tosador e banhista nos estabelecimentos de higiene e estética de animais domésticos.	Deputado Enio Tatto	favorável	
4	Projeto de lei 476/2015	Deputado Celso Nascimento	Altera a redação da Lei nº 616, de 1974, que dispõe sobre a organização básica da Polícia Militar do Estado.	Deputado Teonilio Barba	favorável ao projeto e à emenda apresentada pela CCJR	

5	Projeto de lei 800/2015	Deputada Marta Costa	Obriga os estabelecimentos no Estado que utilizem esmaltes para unhas em sua atividade a realizarem descarte correto.	Deputado Enio Tatto	favorável ao projeto e à emenda proposta pela Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	
6	Projeto de lei 803/2015	Deputada Marta Costa	Dispõe sobre a realização da campanha continuada sobre a síndrome do pensamento acelerado no âmbito do Estado.	Deputado Enio Tatto	favorável	
7	Projeto de lei 1008/2015	Deputado Campos Machado	Proíbe o porte de arma branca no Estado.	Deputado Marco Vinholi	favorável	
8	Projeto de lei 1012/2015	Deputado André do Prado	Proíbe, nas unidades escolares de educação básica, a comercialização de alimentos industrializados que contenham gorduras trans.	Deputado Enio Tatto	favorável ao projeto e à emenda proposta pela CCJR	
9	Projeto de lei 1031/2015	Deputada Beth Sahão	Proíbe vender, ofertar, fornecer ou entregar clorofórmio, éter, anti-respingo de solda sem silicone, solvente de tinta, benzina e fenol aos menores de 18 (dezoito) anos no âmbito do Estado.	Deputado Enio Tatto	favorável ao projeto e à emenda apresentada pela CCJR	
10	Projeto de lei 1099/2015	Deputado Rafael Silva	Cria na Rede Estadual de Ensino de Educação Básica, nas Faculdades de Tecnologia (Fatecs) e nas Escolas Técnicas (Etecs) o "Programa de Prevenção ao Suicídio".	Deputado Davi Zaia	favorável ao projeto, na forma do substitutivo proposto pela CCJR	
11	Projeto de lei 1487/2015	Deputado Gil Lancaster	Institui a "Semana Estadual de Prevenção e Combate à Trombose".	Deputado Davi Zaia	favorável	
12	Projeto de lei 1493/2015	Deputado Wellington Moura	Institui o "Dia Estadual do Cuidador de Pacientes com Doenças Graves".	Deputado Teonílio Barba	favorável	
13	Projeto de lei 1496/2015	Deputado Wellington Moura	Institui o "Dia Estadual da Conscientização para Amiloidose".	Deputado Edmir Chedid	favorável	E.T., W.M.

14	Projeto de lei 1541/2015	Deputado Wellington Moura	Institui a meia-entrada para os atletas e paratletas.	Deputado Enio Tatto	favorável	
15	Projeto de lei 1554/2015	Deputada Clélia Gomes	Dispõe sobre a inclusão de ensinamentos sobre os danos a saúde causados pelo fumo, álcool e tóxicos em todas as escolas do âmbito estadual e privado do Estado.	Deputado Cássio Navarro	favorável ao projeto e à emenda apresentada pela Comissão de Educação e Cultura	
16	Projeto de lei 132/2016	Deputado Gil Lancaster	Dispõe sobre a utilização de vagões de metrô e trens para exposição ininterrupta de fotos de pessoas desaparecidas no Estado.	Deputado Davi Zaia	favorável ao projeto, na forma do substitutivo apresentado pela CCJR	
17	Projeto de lei 135/2016	Deputado Gil Lancaster	Institui o "Dia Internacional da Criança Desaparecida".	Deputado Enio Tatto	favorável, na forma do substitutivo ora proposto	
18	Projeto de lei 195/2016	Deputado Gil Lancaster	Institui a Semana de Sensibilização e Defesa dos Portadores de Doenças Inflamatórias Intestinais.	Deputado Enio Tatto	favorável	
19	Projeto de lei 252/2016	Deputado Hélio Nishimoto	Autoriza o Poder Executivo a introduzir, na rede pública de saúde do Estado, o procedimento chamado dessensibilização, que viabiliza o transplante renal em pacientes hipersensibilizados.	Deputado Marco Vinholi	favorável	
20	Projeto de lei 272/2016	Deputado Wellington Moura	Institui a "Semana Estadual de informação e Divulgação da Pesquisa Clínica".	Deputado Marco Vinholi	favorável	
21	Projeto de lei 402/2016	Deputado Celso Nascimento	Dispõe sobre a locomoção da fauna silvestre em trechos rodoviários que margeiam Unidades de Conservação e/ou Áreas de Preservação Permanente em todo o Estado.	Deputado Enio Tatto	favorável	
22	Projeto de lei 431/2016	Deputada Célia Leão	Dispõe sobre critérios de sustentabilidade ambiental quando da contratação com a administração pública, de acordo com o princípio de desenvolvimento econômico, social e ecologicamente sustentável.	Deputado Marco Vinholi	favorável	

23	Projeto de lei 539/2016	Deputada Célia Leão	Dispõe sobre a obrigatoriedade da instalação e funcionamento de banheiros públicos, de utilização gratuita, nas estações da Companhia do Metropolitano de São Paulo - METRÔ e da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM.	Deputado Cássio Navarro	favorável	
24	Projeto de lei 550/2016	Deputado Chico Sardelli	Autoriza o Poder Executivo a incluir em programa de saúde à criança, a realização de exames para detecção de ambliopia em crianças entre o 1º e 7º ano de vida.	Deputado Teonilio Barba	favorável	
25	Projeto de lei 577/2016	Deputada Célia Leão	Dispõe sobre a instalação de placas nas rodovias estaduais informando a obrigatoriedade de utilização de farol aceso em luz baixa também durante o dia.	Deputado Marco Vinholi	favorável	
26	Projeto de lei 599/2016	Deputada Célia Leão	Dispõe sobre a identidade e as características mínimas de qualidade que o produto cárneo denominado Carne Moída obedecerá quando destinado à venda, manipulado e embalado no comércio varejista de carnes.	Deputado Orlando Bolçone	favorável	E.T., O.B.
27	Projeto de lei 647/2016	Deputado Cezinha de Madureira	Autoriza o Poder Executivo a criar o Centro de Hemodiálise e Diálise Peritoneal em Itapevi.	Deputado Teonilio Barba	favorável	
28	Projeto de lei 701/2016	Deputado Cezinha de Madureira	Autoriza o Poder Executivo a criar o Centro Especializado em Hemodiálise e Diálise Peritoneal em Pitangueiras.	Deputado Davi Zaia	favorável	
29	Projeto de lei 708/2016	Deputado Gil Lancaster	Institui a Semana de Orientação sobre as Carreiras Públicas em diferentes áreas de atuação.	Deputado Teonilio Barba	favorável ao projeto, na forma do substitutivo apresentado pela CCJR	
30	Projeto de lei 735/2016	Deputada Célia Leão	Cria acesso no portal da Delegacia Eletrônica da Secretaria de Segurança Pública para atendimento de ocorrências envolvendo crimes cometidos contra pessoas com deficiência e idosos.	Deputado Davi Zaia	favorável	

31	Projeto de lei 749/2016	Deputado Gil Lancaster	Institui a Semana de Conscientização sobre os benefícios da medicina tradicional chinesa no tratamento da obesidade.	Deputado Enio Tatto	favorável ao projeto e à emenda apresentada pela CCJR	
32	Projeto de resolução 6/2016	Deputado Afonso Lobato	Autoriza a Divisão de Saúde e Assistência ao Servidor a prestar atendimento de emergência aos trabalhadores das empresas que prestam serviços terceirizados no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.	Deputado Orlando Bolçone	favorável	
33	Processo 1417/2015	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE S.PAULO	Of. CG.C.DER 512/2015 - TC-018023/026/09 - Julgou irregular o contrato celebrado entre a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo-CDHU e a Construtora e Incorporadora Faleiros Ltda.	Deputado Orlando Bolçone	que concorda com a decisão do TCE e, por não caber mais a sustação dos efeitos do contrato, solicita envio de ofícios ao MP e à PGE, com vistas aos efeitos dos atos praticados com irregularidade, com posterior arquivamento dos autos	E.T., O.B.
34	Processo 2424/2015	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE S.PAULO	OF. CGCRRM 515/2015 - TC-41700/026/08 - Julgou irregular o contrato celebrado entre o Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza - CEETEPS e a empresa M R Computer Informática Comércio e Imp. Ltda., bem como a representação consubstanciada no TC - 44225/026/07.	Deputado Davi Zaia	que ratifica manifestação anterior, do Deputado Vaz de Lima, que concordou com a decisão do TCE, solicitou envio de ofício ao MP e à PGE, com vistas aos atos praticados com irregularidades, com posterior arquivamento dos autos	
35	Processo 211/2016	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE S.PAULO	Of. GCRMC 76/2016 - TCs-004987/026/11 e 004988/026/08 - Julgou irregulares os contratos celebrados entre a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo - CDHU e a empresas Consórcio Organiza e Consórcio Diagonal-Villagua.	Deputado Edson Giriboni	que concorda com a decisão do TCE e, por não mais caber a sustação do contrato, solicita o envio de ofício ao MP e à PGE, com vistas aos efeitos dos atos praticados com irregularidade, com posterior arquivamento dos autos	E.C., W.M., O.B.

36	Processo 2438/2016	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE S.PAULO	Of. CGCRRM 809/2016 - TC-28982/026/09 - Julgou irregular o contrato celebrado entre a Fundação para o Desenvolvimento da Educação-FDE e a Construtora Cronacon Ltda.	Deputado Orlando Bolçone	que concorda com a decisão do TCE e, por não caber mais a sustação dos efeitos do contrato, solicita envio de ofícios ao MP e à PGE, com vistas aos efeitos dos atos praticados com irregularidade, com posterior arquivamento dos autos	E.T., O.B.
37	Processo 6/2017	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE S.PAULO	Of. C.CCM 100/2017 - TC-443/006/11 - Julgou irregulares o pregão presencial e o contrato celebrado entre a Universidade de São Paulo-USP- Coordenadoria do Campus de Ribeirão Preto e a empresa O.O. Lima Empresa Limpadora Ltda.	Deputado Davi Zaia	que concorda com a decisão do TCE e, uma vez que o contrato se encontra exaurido, solicita envio de ofícios ao MP e à PGE, com vistas aos efeitos dos atos praticados com irregularidade, com posterior arquivamento dos autos	
38	Processo 211/2017	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE S.PAULO	Of. CGC.ARC 86/2017 - TC-008893/026/08 - Julgou irregular o contrato celebrado entre a Companhia Energética de São Paulo-CESP e a empresa Siemens Ltda.	Deputado Davi Zaia	que concorda com a decisão do TCE e, uma vez que o contrato se encontra exaurido, solicita envio de ofícios ao MP e à PGE, com vistas aos efeitos dos atos praticados com irregularidade, com posterior arquivamento dos autos	

COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E PLANEJAMENTO

PAUTA PARA DELIBERAÇÃO CONCLUSIVA

6ª Reunião Ordinária 14 de Junho de 2017 às 14:00 horas no Plenário Tiradentes.

Presidente: Deputado Wellington Moura - Vice-Presidente no exercício

Item	Proposição	Autor	OBJETO	Relator	Voto	Vista
39	Moção 45/2016	Deputado Itamar Borges	(CONCLUSIVA) Apela para o Sr. Presidente da República, a fim de que determine ao Ministro da Fazenda, caso seja inevitável uma fonte extra de arrecadação para ajustar as contas públicas, a elaboração de estudos e a adoção de providências, a fim de criar uma nova alíquota para a CIDE (Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico) sobre a gasolina, ao invés de retomar a CPMF.	Deputado Orlando Bolçone	favorável	

(Os documentos abaixo encontram-se aqui de forma resumida. Caso necessário, solicitar cópia de inteiro teor à Secretaria da Comissão):

REQUERIMENTOS PARA DELIBERAÇÃO

Item 40 - Requerimento nº 1/17, dos Deputados Enio Tatto, Teonílio Barba e Alencar Santana Braga, recebido nesta Comissão em 4/5/17, no sentido de convocar o Senhor Hércio Tokeshi, Secretário Estadual da Fazenda e o Senhor Luiz Cláudio Rodrigues de Carvalho, Coordenador da Administração Tributária do Estado de SP, para "prestar esclarecimentos sobre as denúncias de irregularidades, pagamento de propinas e desvio de recursos públicos estaduais junto ao Tribunal de Impostos e Taxas do Estado de SP". Vistas concedidas: MV, ET, DZ, WM.

Item 41 - Requerimento nº 3/17, dos Deputados Enio Tatto e Alencar Santana Braga, recebido nesta Comissão em 23/5/17, para convite ao Presidente do TCE, Dr. Sidney Beraldo, para debater nesta Comissão os encaminhamentos referentes aos contratos julgados irregulares e outras questões afins.

Item 42 - Requerimento nº 4/17, do Deputado Marco Vinholi, recebido nesta Comissão em 24/5/17, no sentido de convidar a Sra. Cristiany Castro, Presidente da FEAPAES - Federação das APAES do Est de SP, para comparecer a esta Comissão em data oportuna, com o objetivo de debater o Programa Nota Fiscal Paulista.

Item 43 - Requerimento nº 5/17, dos Deputados Enio Tatto, Teonílio Barba e Alencar Santana Braga, recebido nesta Comissão em 25/5/17, para convocação das seguintes autoridades: 1 - Secretário de Planejamento e Gestão, Sr. Marcos Antonio Monteiro; 2 - Secretário de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação, Sr. Márcio França; 3 - Diretor Presidente da FAPESP, Sr. Carlos Américo Pacheco; e 4 - Presidente do Conselho Superior da FAPESP, Sr. José Goldemberg, para prestarem esclarecimentos e debater os problemas relacionados ao orçamento previsto para a FAPESP na Lei Orçamentária de 2017.

Item 44 - Requerimento nº 6/17, do Dep. João Paulo Rillo, recebido nesta Comissão em 8/6/17, para convocação do Secretário da Fazenda, Sr. Hércio Tokeshi, para comparecer a esta Comissão para "prestar informações sobre os recursos para a educação: 1 - ADIN referente à LC 1010/07, lei esta que teria gerado perdas para a educação de R\$40 bilhões desde 2006, recursos esses que foram destinados para cobrir parte do rombo do SPPrev; 2 -a política salarial aplicada ao magistério; 3 - a reorganização das escolas e o fechamento de classes, que continua a despeito das ordens judiciais de 2015; 4 - as obras paradas em todo o estado e o sucateamento das escolas; 5 - os escândalos nunca apurados a fundo envolvendo a FDE; 6 - o gerenciamento da merenda escolar, dando ensejo a esquemas como o revelado pela Operação Alba Branca; 7 - a retirada de valores da base sobre a qual é aplicado o índice para repasse à USP, UNICAMP e UNESP; 8 - o tratamento dispensado à FAPESP e aos demais entes da administração indireta vinculados à Educação, Ciência e Tecnologia; 9 - o sucateamento das universidades estaduais e a falta de professores, com prejuízos à formação causados pela falta de concursos públicos e de infraestrutura, somada ao êxodo de cérebros e experiências provocado pelo teto constitucional em valor irreal".

Item 45 - Requerimento nº 7/17, do Deputado João Paulo Rillo, recebido nesta Comissão em 8/6/17, para convocação do Secretário da Educação, Sr. José Renato Nalini, para "prestar informações sobre os recursos para a educação" (itens da justificativa com o mesmo teor do requerimento acima).

PARA DELIBERAÇÃO

Item 46 - Indicação de um membro titular e um membro suplente para compor o CODECON - Conselho Estadual de Defesa do Contribuinte, em atendimento a despacho exarado pelo Senhor Presidente da ALESP em ofício do CODECON 5/17 (CODECON criado pela LC 939/03). Solicitação reiterada pelo Of. CODECON 18/17. Vistas concedidas: OB, TB, VL.

Item 47 - Proposta de calendário das Audiências Públicas do Orçamento 2018.

PARA CIÊNCIA E/OU PROVIDÊNCIAS DOS SENHORES MEMBROS DA COMISSÃO

- Of. 474/17, da Câmara de Bragança Paulista, encaminhando a Moção 21/17, apelando para que sejam destinados recursos orçamentários aos conciliadores e mediadores inscritos nos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania.

- Doc. 20170562, do CAT - Conselho de Assuntos Tributários da FECOMERCIO-SP, expondo considerações sobre o PL 253/17, e requerendo providências acerca dessa medida. "Referido PL institui o PPD - Programa de Parcelamento de Débitos e altera a Lei 13.457/09, que dispõe sobre o processo administrativo tributário

decorrente de lançamento de ofício; e a Lei 13.296/08, que estabelece o tratamento tributário do IPVA. Algumas das medidas propostas pelo PL são favoráveis ao contribuinte, como o parcelamento do IPVA, enquanto outras causam espécie ao suprimir direitos: aumento do valor de alçada para acesso ao TIT; mudança do quorum para que jurisprudências do TIT possam ser objeto de súmulas; alteração do quorum para relevação ou redução de multa". Solicitam, portanto, a supressão desses artigos, parágrafos ou incisos, em defesa dos direitos dos contribuintes do Estado de SP.

- Of. 1/0008/17, da Secretaria do Planejamento e Gestão, de 4/1/17, recebido nesta Comissão em 13/3/17, encaminhando, nos termos do artigo 48 da Lei 16.291/16 (Lei Orçamentária para 2017), informações contendo o detalhamento das dotações orçamentárias por órgão, unidade orçamentária, programa de trabalho, natureza de despesa e respectivas fontes de recursos (DVD com 138 páginas). Of. 1/0234/17, da citada Secretaria, de 8/6/17, recebido nesta Comissão na mesma data, encaminhando, a pedido desta Comissão, informações complementares a respeito da matéria, a fim de atender o disposto no inciso II do referido artigo 48 (CD com 3 páginas).